



N.º 2

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA EFECTUADA NO DIA 22 DE FEVEREIRO DE 2008

Aos vinte e dois dias do mês de Fevereiro de dois mil e oito, reuniu, pelas vinte e uma horas e doze minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Évora, com a seguinte **Ordem do Dia**:

1. **Informação do Presidente da CME acerca da actividade do município, bem como da situação financeira do mesmo;**
2. **Deliberação sobre a proposta da CME referente ao Regulamento Municipal de Atribuição de Lotes para a Instalação de Actividades Económicas;**
3. **Deliberação sobre a proposta da CME relativa à abertura de concurso público para atribuição de direito de superfície para a construção dum restaurante/bar no Aeródromo Municipal (exclusivo);**
4. **Deliberação sobre a proposta da CME para a concessão de fornecimento exclusivo de combustíveis no Aeródromo Municipal;**
5. **Designação de um representante efectivo e de um suplente, da AME, para integrarem o Conselho Municipal da Juventude de Évora, nos termos da alínea c) do art.º 3º do respectivo regulamento;**
6. **Deliberação sobre a proposta da CME para a cedência, ao Grupo Desportivo Unidos da Giesteira, do prédio sito na Av. do Campo da Bola, lote 1, em S. Sebastião da Giesteira.**

Estiveram presentes os Membros da Mesa:

Presidente – Luís Manuel Capoulas Santos

1ª Secretária – Maria Helena dos Santos Costa

2º Secretário – João Luís Latas Lázaro

Feita a chamada, verificaram-se mais as seguintes presenças: Abílio Fernandes, Rui Rosado, Carmen Cangarato (em substituição de José Russo), José Palma Rita, Acácio Alferes (em substituição de Mafalda Troncho), Jorge Lourido, Ana Maria Silva, Paula de Deus, Florival Pinto (em substituição de M.ª Augusta Pereira), Francisco Pândega (em substituição de Francisco Chalaça), Celino Silva, Nuno Lino, Nuno Leão, António Murteira, Elsa Lopes, Eduardo Luciano, José Simão, António Ramos, Carlos Grácio, Jorge Gil, José Mateus, Baltazar Damas, Fernando Nunes, Silvino Costa, Isidro Lobo, António Metrogos, José Piteira, João Valverde, João Ricardo, Francisco Fialho Vidigal (em substituição de António Galão), Felisberto Bravo, António Maduro e Domingos Chumbo (em substituição de José Calado).



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Faltaram os(as) Senhores(as): José Cardoso, M.^a Margarida Fernandes, Jerónimo Mendes e João Rodrigues.

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, José Ernesto Oliveira, e pelos(as) Vereadores(as) Manuel Melgão, João Andrade Santos e Jesuína Pedreira.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberta a sessão, o Sr. **Presidente** começou por fazer alusão a um ofício remetido a todos os Membros deste Órgão, já depois de expedida a convocatória para esta reunião, referente a uma solicitação formulada pela CME para se acrescentar mais um ponto (**Deliberação sobre a proposta da CME para a cedência, ao Grupo Desportivo Unidos da Giesteira, do prédio localizado na Av. do Campo da Bola, lote 1, em S. Sebastião da Giesteira**) à presente ordem do dia, tendo posto à consideração do plenário se havia alguma objecção a tal. Como ninguém se mostrou contrário ao pedido, o Sr. **Presidente** colocou à votação a inclusão do ponto em causa nesta ordem de trabalhos, tendo-se registado uma aprovação por unanimidade.

Por outro lado, recordou que, aquando da assembleia realizada no dia 29.09.07, nos Canaviais, fora tomada uma deliberação no sentido de se efectuar uma sessão extraordinária para debater o problema das alterações climáticas e do aquecimento global, informando que a mesma iria ter lugar no próximo dia 1 de Março de 2008, das 9,30 às 13,00 horas, para a qual foram convidadas diversas entidades, nomeadamente a Dra. **Bettina Menne** [cientista italiana, membro do Painel Intergovernamental Sobre Alterações Climáticas (IPCC), organismo galardoado com o Prémio Nobel da Paz em 2007], acrescentando que tinha a expectativa de nela ser aprovada uma resolução conjunta, destinada a recomendar à Câmara que, no seu próximo Plano de Actividades, incluía a temática em apreço. Mais informou que não poderia estar presente na aludida reunião, por ter que se deslocar aos Açores, no âmbito da sua missão de deputado do Parlamento Europeu.

Noutro contexto, fez referência às listagens da correspondência recebida no Secretariado da AME, uma enviada com a convocatória e outra acabada de ser distribuída, tendo depois anunciado que entraram na Mesa três propostas de moção, as quais foram numeradas por ordem de chegada.

Posteriormente, convidou a 1.^a subscritora da moção n.º 1, que tem como título «**Apoio à Universidade de Évora**», a apresentá-la.

Antes de mais, a Sra. **Ana Maria Silva** lembrou a realização duma assembleia extraordinária (13.04.2007) para debater a situação da UE, donde saiu com a sensação que os problemas iriam ser resolvidos, tanto pelas afirmações muito optimistas do Sr. Reitor, como da Sra. Governadora Civil, fazendo notar que a realidade era bem diferente. Em virtude da continuação das dificuldades da Universidade, comunicou que a bancada da CDU resolvera trazer uma outra moção à A. M., que passou a ler na totalidade e que se anexa a esta acta.

Como o documento não fora distribuído pelos Membros da Assembleia, o Sr. **Presidente** solicitou aos serviços que tirassem as cópias necessárias para o efeito, ficando a sua discussão suspensa por breves momentos, passando, de imediato, à apresentação da moção n.º 2, intitulada «**Situação da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Évora**».



O Sr. **Eduardo Luciano** leu o documento na íntegra, o qual fica apenso a esta acta.

Logo após, o Sr. **Rui Rosado** considerou que a moção estava a utilizar, de forma ilegítima, os Bombeiros para fazer pressão e para desacreditar o processo da administração central do Estado, pensando que as notícias vindas a público deveriam ser clarificadas, não deixando de recordar que o respectivo Comandante tinha assento no Conselho Municipal de Segurança de Évora, onde poderia expor a situação da Associação. Embora reconhecendo que o texto era simpático para com a corporação, afiançou que a bancada do PS também tinham apreço e solidariedade pela mesma, bem como pelo HESE, pela ARS do Alentejo e pelo INEM, parecendo-lhe que se tratava dum processo negocial entre parceiros, que deveria ser entre eles trabalhado e dirimido. Pelas razões expostas, divulgou que o PS iria votar contra.

Retorquindo à posição do orador antecedente, O Sr. **Eduardo Luciano** fez notar que a CDU se baseara em declarações do Sr. Comandante dos Bombeiros para redigir o texto da moção, não se afirmando que o INEM, o HESE e a ARS não era pessoas de bem, só que se estas Instituições não pagavam à citada Associação era porque não tinham meios para tal. Assim, explicitou que o objectivo do documento não era pôr em causa a honorabilidade das ditas, mas apenas pedir, solicitar e incitar à Sra. Governadora Civil que intercedesse junto do Governo, no sentido de agilizar o processo.

Entretanto, o Sr. **Florival Pinto** opinou que a moção em análise não era mais do que o retrato das dificuldades sentidas por todas as corporações de bombeiros do país, estranhando que o Sr. R. Rosado não tivesse consciência, como profissional de saúde, que os serviços prestados e os produtos fornecidos ao Hospital do Espírito Santos são liquidados fora de tempo, não se podendo permitir, no seu entender, que a Associação em apreço corresse o risco de encerrar por lhe deverem 255.000 €, para mais tendo vindo a autarquia a fazer um enorme esforço para lhe atribuir subsídios sistemáticos. Nesta conformidade, participou que o PSD iria votar a favor.

Por sua vez, o Sr. **João Valverde** falou duma reunião ocorrida neste salão, onde o Sr. Comandante dos BVE terá dito que a frota dos seus carros se estragava mais no combate aos incêndios, causando gastos significativos à Associação, sendo que antigamente os lavradores ou os proprietários de fábricas ajudavam-na, em termos monetários, sempre que acontecia um fogo, pensando que a moção deveria abordar tal questão, por achar correcto que tais pessoas deveriam prestar contas aos bombeiros, sempre que solicitassem os seus serviços.

Voltando a usar da palavra, o Sr. **Rui Rosado** reiterou a sua ideia anterior, dizendo que o documento aproveitava a oportunidade para trabalho político de afrontamento, não colhendo a aceitação da bancada do PS, adiantando (respondendo ao Sr. Florival Pinto) que o pagamento dos serviços prestados por entidades públicas a instituições de solidariedade tem sido feito, nos últimos anos, tarde e a más horas, não deixando de lembrar que a Administração Central despachou, há duas semanas, uma medida que se propõe reduzir o tempo de pagamentos do Estado para 30/40 dias, considerando isso uma boa decisão.

Por fim, manifestou acreditar que a sociedade de Évora não iria deixar os Bombeiros falir.



Como mais ninguém desejou falar sobre a moção n.º 2, o Sr. **Presidente** colocou-a à votação, a qual foi rejeitada com o voto de qualidade do Sr. Presidente, uma vez que obteve dezasseis votos contra (do PS), dezasseis votos a favor (onze da CDU, três do PSD e dois do PS) e duas abstenções (do PS).

Declaração de voto do Sr. Rui Rosado: “A bancada do PS é apoiante e favorável à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Évora e não votou favoravelmente esta moção porque ela é de oportunismo político”.

Declaração de voto do Sr. Florival Pinto: “Ficou demonstrado nesta votação, que teve que recorrer à figura do voto de qualidade do Sr. Presidente da AME, a posição do PS em relação aos Bombeiros Voluntários de Évora e à sua situação financeira. O PSD regista, para memória futura, a postura do PS”.

Seguidamente, o Sr. Presidente convidou o 1.º signatário do documento n.º 3, denominado por «**Moção de Congratulação pela Alteração da Posição do Governo na Porta 65**», a descrevê-lo.

O Sr. **Nuno Leão** principiou por recordar que apresentara, na sessão de 29.09.07, uma moção sobre o tema da «**Porta 65**», a qual foi reprovada, tendo agora ficado contente com o recuo do Governo nesta matéria, cuja atitude o motivou a redigir novo texto, que leu na globalidade e se junta a esta acta.

Depois, o Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. **Nuno Lino**, que considerou a moção completamente extemporânea e com uma linguagem agastada, advogando que não se verificara uma modificação da posição da Administração Central, mas sim que esta se mostrara sensível a argumentos de vários jovens, de sentirem dificuldades em se candidatarem à subvenção em apreço, tendo decidido avançar com uma avaliação dos primeiros meses de aplicação do programa, de modo a alterar aspectos que estivessem a correr menos bem. Mais afirmou que o intuito do Governo foi sempre ajudar os mais necessitados, acrescentando que o documento não colhia a aceitação da bancada do PS.

Contraopondo ao apontamento do orador antecedente, o Sr. **Palma Rita** achou engraçado o facto do mesmo ter defendido, com toda a veemência, a postura do Executivo Central, apesar do seu recuo face à intenção inicial, pensando que o Sr. N. Lino era capaz de defender o Governo em todas as situações.

Dado que mais ninguém se inscreveu para discutir a 3ª moção, o Sr. **Presidente** pô-la à votação, que foi reprovada por maioria, com vinte votos contra (do PS), catorze votos a favor (onze da CDU e três do PSD) e uma abstenção (do PS).

Declaração de votos do Sr. Eduardo Luciano: “A CDU votou favoravelmente esta moção, obviamente, dando-lhe algum sentido de ironia, porque não acreditamos que o Governo vá inverter a situação e a vá avaliar. Sublinhamos, também, que da bancada do PS tudo é rejeitado, ainda que seja para cumprimentar o Governo que suporta”.

Declaração de voto do Sr. Nuno Leão: “É para reafirmar que, enquanto eu estiver na A. M., defenderei os jovens eborenses e a juventude portuguesa. É inadmissível a posição da bancada do PS. Digam-me onde existe, no concelho de Évora, um T1 por 180 €, um T3 por 300 € ou um T5 por 370 €? Isto cabe na cabeça de alguém”?



De imediato, o Sr. Presidente facultou a palavra ao 1º subscritor do 4º documento, intitulado «**Recomendação à CME de Empenho na Defesa da Universidade de Évora**», para o apresentar.

O Sr. **Palma Rita** leu o texto na totalidade, cuja folha fica apensa a esta acta.

Entretanto, em virtude da 1ª moção já ter sido distribuída pelos presentes, o Sr. **Presidente** sugeriu que se fizesse a discussão em conjunto, uma vez que versavam o mesmo tema, fazendo-se a votação pela ordem de chegada, coisa que foi plenamente aceite pelo colectivo.

Relativamente à moção apresentada pelo Sr. P. Rita, o Sr. **Rui Rosado** comentou que ela extravasava completamente as competências da CME, anunciando que não iria ser aceite pelo PS. No que toca ao documento entregue pela Sra. Ana M. Silva, admitiu que continha algumas propostas melhor dirigidas, embora alguns dos seus considerandos não merecessem o acordo da mencionada força política. Porém, parecia-lhe importante que o PS apoiasse a Universidade de Évora, nas suas dificuldades e no esforço que tem vindo a fazer, acreditando na seriedade da proposta, pelo participou que o mesmo iria aprová-la.

Contraopondo às teses defendidas pelo orador antecedente, o Sr. **Palma Rita** asseverou que não compreendia a argumentação do PS, de que a moção por si apresentada extravasava as competências da CME, interrogando: “*Então cabe nas competências de quem?*”? “*Dos deputados do PS?*”? “*É verdade, mas como ainda não os ouvi dizer nada acerca desta matéria, pedimos à Câmara que faça alguma coisa*”, acrescentou. Mais frisou que se estava a falar duma instituição fundamental para o desenvolvimento do interior do país e para a revitalização urbana da cidade.

Por outro lado, manifestou que não percebera a razão pela qual a bancada do PS não fizera uma única pergunta ao Sr. Reitor, aquando da sua participação numa sessão extraordinária da A. M., sobre qual a estratégia da Universidade para ultrapassar a crise, quando agora vinha invocar que cabia a esta encontrar meios para tal fim. “*Este é um daqueles casos em que os Srs. não conseguem votar a favor por uma questão de defesa cega do Governo*”, concluiu.

Por seu turno, o Sr. **Acácio Alferes** colocou à consideração da bancada da CDU a possibilidade de retirar o ponto 6 da sua moção, porque sobrelevava um ataque à política do Governo e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, coisa que se fosse feita daria azo ao seu voto favorável ao documento.

Posteriormente, o Sr. Presidente facultou a utilização da palavra ao Sr. **Gazimba Simão**, que, relativamente à sessão de 13 de Abril de 2007, sustentou que se tratara duma iniciativa conjunta de todas as forças políticas, donde surgiram algumas conclusões, às quais o PS também aderiu, e preocupações de solidariedade para com a UE, conforme estava a acontecer com a proposta da CDU. Já no concerne à moção do PSD, acentuou que era o contrário, uma vez que era quase estar-se a invadir a CME.

Por fim, realçou que a questão era mais vasta do que ir-se ali dizer que se estava solidário com a Universidade, opinando que ajudar é também incentivar alguém a tomar outro tipo de caminhos, porque todas as organizações têm que se adaptar às próprias situações em que se encontram.



Tomou depois a palavra a Sra. **Paula de Deus**, que comunicou que, no dia 2.10.2007, a UE iniciou um processo de reuniões com várias empresas e municípios da região Alentejo, onde estiveram representadas, por exemplo, a Microsoft, a Agência Regional de Energia e algumas autarquias, para se definir a articulação entre a dita Instituição e o tecido económico e as edilidades dos distritos de Beja, Évora e Portalegre, com o objectivo de desenhar um plano estratégico de candidaturas, no âmbito do QREN, ao nível da ciência e tecnologia, fazendo notar que talvez valesse a pena o PSD informar-se sobre a participação da câmara de Portalegre nesta rede.

No que concerne à CME, divulgou que a mesma também participara no referido encontro, parecendo-lhe um pouco extemporânea a moção do PSD, uma vez que a Câmara tem desenvolvido um papel activo nesse campo, não obstante algumas distrações.

Sobre as perguntas não feitas ao Sr. Reitor por parte dos eleitos do PS, lembrou que a sessão de 13.04.07 servira para o atrás citado dar conta das suas preocupações acerca da situação da Universidade, bem como para falar sobre o seu desenvolvimento.

Posteriormente proferiu: *“Com respeito aos cursos que estão mais abrangidos pelo desemprego, isso leva-nos a pensar na necessidade de reestruturar os cursos da UE e a, eventualmente, termos a coragem de fazer apostas nos cursos que têm maior saída, e se existem alguns que têm que ser reestruturados ou, eventualmente, encerrados, tal tem que ser afrontado com uma estratégia objectiva, para superar as dificuldades da Universidade.*

Não vejo que tanta preocupação se traduza numa medida que seja pró-activa de desenvolvimento da Universidade, até porque nas recomendações não vejo propostas de uma estratégia concreta e incisiva, que adiante alguma coisa para a superação da crise, a não ser recomendações para os outros se empenharem mais no problema, partindo do princípio que estes conselhos são o bastante para resolver o problema de consciência do PSD e do CDS”.

Não sendo seu hábito usar da palavra no PAOD, o Sr. **Presidente da edilidade** não quis deixar de prestar uma informação, revelando que, para além do acompanhamento que a autarquia tem feito junto da Reitoria e dos serviços da Universidade, iria haver uma reunião, na próxima semana, convocada pelo Secretário de Estado do Ensino Superior, com o intuito de procurar soluções para os problemas da UE.

Reagindo ao apontamento da Sra. Paula de Deus, o Sr. **Palma Rita** sublinhou que o PSD tinha a consciência plenamente tranquila em relação à matéria, porque fora a única força política que questionara, no dia 13 de Abril/07, o Sr. Reitor sobre o número de cursos que iriam acabar e quais eram, bem como quais eram os que iriam abrir, acrescentando que também fora a única que o inquirira acerca da sua estratégia para o futuro da Universidade e sobre o número de edifícios que ele iria encerrar para racionalizar custos.

Para terminar afirmou: *“Não acordámos agora. Somos os que mais temos defendido a questão da Universidade. Ponho as «cartas em cima da mesa» consigo e comparo perfeitamente».*

Adiante, o Sr. **Florival Pinto** saudou a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, achando perfeitamente natural o seu empenhamento no processo.

Por outro lado, transmitiu que não conseguia perceber como era que os Membros do PS conseguiam pôr a urbe em segundo lugar, para, de uma forma cega, defender o Governo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Voltando a discursar, a Sra. D. **Ana Maria Silva** felicitou os colegas da bancada do PSD por terem tomado a iniciativa de apresentaram uma moção relativa à situação da U.E., noticiando que a iria votar favoravelmente.

Mais à frente, esclareceu que a Instituição iniciou a ligação com as empresas em 2006 e não em Outubro de 2007, bem como a activação da Academia do Sul, adiantando que ela se tem desdobrado em contactos e em proceder à reestruturação dos cursos, só que, na sua óptica, o problema não era esse, mas sim a má governação da Administração Central, na medida em que estava a pagar às universidades não em função dos cursos que têm saída profissional, mas em função dos cursos que não têm alunos.

Por último, respondendo ao Sr. A. Alferes, afiançou que não iria retirar o ponto que ele sugerira, porque não havia razão para isso.

Finda a discussão dos documentos em causa, o Sr. **Presidente** avançou para a sua votação, tendo a proposta n.º 1 sido aprovada por maioria, com vinte e sete votos a favor (treze do PS, onze da CDU e três do PSD), três votos contra (do PS) e cinco abstenções (do PS).

Declaração de voto do Sr. Rui Rosado: *“Votei a favor desta moção pela importância que ela reflecte de apoio à Universidade, mas os pontos 3, 4 e 6 não colhem a minha anuência, uma vez que possuo outro tipo de consideração sobre políticas de financiamento para a mesma”.*

Declaração de voto de Acácio Alferes: *“Abstive-me na moção apresentada pela CDU porque, embora concordando com tudo o que nela se diz sobre a defesa da UE, não concordo que a defesa da Universidade de Évora sirva de arma de arremesso ao Governo, e a explicação que a primeira proponente me deu não colhe para mim, visto que o que aqui se diz nada tem a ver com discriminação positiva, ou não, para as universidades do interior”.*

Declaração de voto da Sra. Ana Maria Silva: *“Queria deixar claro que o problema da asfixia das universidades não é uma questão de falta de dinheiro, porque o Ministério da Ciência e Tecnologia teve um aumento substancial no seu orçamento em 2007, não se justificando a asfixia que está a fazer, pelo que eu só poderia votar esta moção favoravelmente, na medida em que o desaparecimento e o definhamento da UE nesta região terá consequências inimagináveis para esta”.*

Declaração de voto da Sra. Paula de Deus: *“Abstive-me porque, sendo solidária com os problemas da UE, considero que as recomendações que são feitas nesta moção não acrescentam nada de novo àquilo que tem sido feito por parte dos vários órgãos autárquicos. Por outro lado, considero que não apresenta nenhuma proposta concreta que acrescente algo ao plano estratégico que a Universidade está a desenvolver, sendo que a moção é uma arma de arremesso contra o Governo”.*

Posto isto, o Sr. Presidente colocou à votação o documento n.º 4, que foi rejeitado por maioria, com vinte votos contra (do PS) e dezasseis votos a favor (onze da CDU, três do PSD e dois do PS).

Declaração de voto do Sr. Palma Rita: *“Registo, com muita mágoa, que a bancada do PS tenha votado contra uma recomendação para a CME se empenhar na defesa da UE. A minha posição em relação à Universidade ou a outras instituições desta cidade, que defendam os interesses do*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

concelho e que sejam cruciais para o desenvolvimento regional, será sempre a mesma, independentemente de quem esteja no Governo. A isto chama-se coerência, princípios e independência face às malhas dos partidos. É, realmente, uma independência respeitante à matriz formatada que os Srs. têm na vossa mente”.

Declaração de voto do Sr. João Valverde: “Votei contra porque achei que esta moção parecia mais um ataque ao Presidente da Câmara do que outra coisa, para mais tendo ele já dito, nesta sala, que está a trabalhar e a empenhar-se para que a Universidade se desenvolva.

Lamento bastante que o PSD, no tempo do outro reitor e já quando a UE atravessava um momento difícil, não se tenha preocupado em trazer aqui uma moção a denunciar a situação”.

Declaração de voto da Sra. Paula de Deus: “Votei contra porque penso que, agora, a pedra de arremesso foi dirigida à autarquia. Muda o alvo mas o objectivo é o mesmo. O PS, no Executivo, não necessita que o PSD recomende empenhamento na resolução dum problema vital para o desenvolvimento do distrito. A CME está empenhada, é do conhecimento público as diligências que tem feito, pelo que esta recomendação é extemporânea”.

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE PROJECTOS DE ACTAS

O Sr. Presidente colocou à ponderação do colectivo os projectos de actas:

- N.º 9, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007

O Sr. **Jorge Lourido** sugeriu as seguintes alterações:

- Página 6 – 5ª linha do último parágrafo – Pôr a frase «...**a trancou de tal forma que deixou de ser perceptível essas nossas razões**» em português correcto, passando a constar «...**a trancou de tal forma que deixaram de ser perceptíveis as nossas razões**»;

- Página 6 – 8ª linha do último parágrafo – Substituir a frase «...**que o mesmo apareceu escrito.**» por «...**que o comunicado do PS surgiu, nos termos em que apareceu escrito.**»;

- Página 6 – 9ª linha do último parágrafo – Intercalar a frase «**ao contrário do que afirma o comunicado do PS**» entre «**A.M.**» e «**não é um Órgão...**».

O Sr. **Baltazar Damas** propôs a modificação que se passa a relatar:

- Página 4 – 3ª linha do 3º parágrafo – Intercalar «**dos Presidentes**» entre «...**papel**» e «**das juntas...**».

Como mais ninguém quis introduzir alterações no documento em apreço, o Sr. **Presidente** pô-lo à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com vinte e oito votos a favor e oito abstenções.

- N.º 1, DE 18 DE JANEIRO DE 2008



O Sr. Rui Rosado alvitrou que se incluísse o título «**PARA UMA CIDADE DE EXCELÊNCIA! Este é um dos lemas da candidatura autárquica de Évora do Partido Socialista**» no início do seu discurso, inserto na página 2.

O Sr. **Celino Silva** propôs o seguinte:

- Página 7 – 43ª linha – Intercalar «**de há semanas**» entre «**PUE**» e «**não contém**»;
- Página 7 – 44ª linha – Substituir as palavras «**o facto**» pela expressão «**a matéria**».

Em virtude de não terem surgido mais pedidos para modificar o documento o projecto em causa, o Sr. **Presidente** colocou-o à votação, que foi aprovado por maioria, com trinta e um votos a favor e cinco abstenções.

Resolvido o assunto das actas, o Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. **Abílio Fernandes**, que leu um texto com a seguinte redacção: “É evidente que é uma questão de honra refutar as acusações infundadas.

Foi afirmado, por várias vezes, pelo Sr. Presidente da Câmara, e reafirmado numa das últimas reuniões desta AM, que quando chegou à Câmara, em 2002, já a anterior Câmara tinha recebido 25% do Polis, “só que o dinheiro não foi gasto no projecto”. Tratava-se de construir o Parque Urbano da cidade, próximo da escola Severim de Faria. Na verdade, o adiantamento recebido destinava-se, fundamentalmente, a pagar as despesas iniciais com a expropriação do terreno e o respectivo projectista. Destas, o pagamento ao projectista não tinha o mesmo grau de exigência que o pagamento ao tribunal para a expropriação do terreno e cuja notificação ainda não tinha sido recebida. Apesar disso, a CME tinha pago, até 2001, uma parte substancial ao projectista, dos 45 mil € já tinha pago 25 mil €. A CME tinha, então, uma situação financeira suficientemente desafogada para cobrir os 912 mil € que faltavam gastar do adiantamento recebido, uma vez que tinha dinheiro a receber e tinha capacidade de crédito bancário, que totalizavam 15 milhões de € e que permitiu ao actual Presidente da Câmara contrair empréstimos de 10 milhões de €, logo no início do mandato. Não é, portanto, aceitável que o Sr. Presidente da Câmara venha desculpar-se com o argumento de ter sido gasto pela anterior Câmara o adiantamento recebido, para não construir o Parque Urbano, pois que havia dinheiro, e muitíssimo mais do que era necessário, para o efeito. Substituir aquele espaço verde por betão é um verdadeiro crime urbano, que se está a fazer à nossa cidade de Évora, para além de destruir o único corredor verde e ecológico, que ainda existe disponível e atravessa a cidade desde a Mata do Jardim Público até à Ribeira da Torregela. A justificação dada é, portanto, falsa e foi utilizada pelo Sr. Presidente como “uma desculpa de mau pagador”, para não construir o Parque Urbano naquele local».

De imediato, o Sr. **Rui Rosado** falou da visita do Sr. 1º Ministro a esta urbe e ao concelho, o qual acompanhou três aspectos muito importantes, a saber: **Primeiro** – O lançamento de projectos de interesse turístico volumosos, que irão gerar muitos postos de trabalho; **Segundo** – A inauguração da 2ª fase da expansão do PITE, que vai possibilitar ao nosso concelho crescer e a ter um desenvolvimento económico significativo, bem como melhor qualidade financeira e de empregabilidade para os seus habitantes; **Terceiro** – A abertura do processo de adução de água do Alqueva para a barragem do Monte Novo, que permitirá um abastecimento garantido à cidade e Évora e ao seu concelho.



Noutro contexto, o Sr. **Jorge Lourido** chamou à atenção do plenário para um documento que distribuía antes de começar a sessão, nomeadamente o Projecto de Lei n.º 457/X/3ª, respeitante ao arrendamento social, adiantando que correspondia a um compromisso que a CDU assumira outrora neste concelho perante os aumentos das rendas sociais, explicando que o mesmo previa que, alterando o Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de Maio, as novas rendas fossem fixadas, estabelecendo o cálculo do esforço da renda apoiada e o valor líquido dos rendimentos auferidos, e não o valor ilíquido, para além doutros pormenores.

Face à inexistência de mais inscrições para debate, o Sr. **Presidente** deu por encerrado o PAOD, seguindo-se um intervalo de 10 minutos.

PONTO 1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CME ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO

Reabertos os trabalhos, o Sr. Presidente concedeu a palavra ao Sr. **Presidente da edilidade**, que informou o colectivo sobre as actividades desenvolvidas pela autarquia nos meses de Dezembro/07 e Janeiro/08, enfatizando especialmente:

- A aprovação e a publicação do novo PDM;
- A apresentação e a aprovação duma candidatura visando estabelecer em rede 10 localidades alentejanas, deste o litoral até ao Caia;
- A inauguração da expansão do PITE, com a oferta de 156 lotes para indústria, comércio e serviços;
- A inauguração do bloco de rega do Monte Novo, que vai permitir a irrigação de 8.500 hectares de terras do concelho, designadamente nas Freguesias de S. Manços, Torre de Coelheiros e Vendinha;
- A inauguração o sistema de adução da barragem de Alqueva ao Monte Novo, garantindo, em períodos prolongados de seca, o abastecimento de água aos concelhos de Alandroal, Évora, Redondo e Reguengos;
- A apresentação, por parte do Sr. 1º Ministro, de vários projectos turísticos, considerados de interesse nacional, quatro dos quais situados nesta urbe, significando um investimento muito significativo e a criação de postos de trabalho;
- A adesão de Évora ao programa «**Inclui**», destinado a promover a integração de pessoas com deficiência;
- A I Festa do Perfume, no âmbito da parceria da gemação das cidades de Évora e Chartres;
- A recepção de mais 50 fogos, sites no antigo bairro da Caixa, correspondentes ao antigo património do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social;
- A realização do Natal Clássico, com concertos de várias naturezas;
- A elaboração dum Plano de Pormenor na Serra do Monfurado, em parceria com a C. M. de Montemor-o-Novo;
- A aprovação do Plano Estratégico do Aeródromo Municipal;
- A realização de um conjunto de concertos de música clássica, em parceria com a CGD, que têm sido protagonizados pela Orquestra do Algarve;
- A elaboração dum projecto para a requalificação do Jardim Público e da respectiva mata;
- O início da iniciativa da «**Rota dos Sabores**», orientada para a promoção turística da nossa gastronomia;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

- A adjudicação da empreitada para a requalificação do bairro da Cruz da Picada;
- E a plantação de 1002 árvores durante o ano de 2007.

De seguida, o Sr. **Rui Rosado** manifestou o seu regozijo pelas acções desenvolvidas pelo município nos últimos dois meses, sentindo que o actual Executivo está a fazer crescer o concelho e a melhorar os seus equipamentos, acrescentando que ressaltavam o novo PDM, a visita do Sr. 1º Ministro a Évora, o programa «**Inclui**», a atribuição de 50 fogos à Habévora, os concertos «**Promenade**», o desenvolvimento do aeródromo, a requalificação do bairro da Cruz da Picada e a plantação de 1002 árvores.

No que toca à situação financeira, o Sr. **Presidente da CME** clarificou que se matinha o quadro de evolução registado na sessão anterior, revelando que o início de 2008 não foi muito favorável, em termos de captação de receitas, tendo havido alguns atrasos nas transferências dos programas operacionais e do OGE.

No que se reporta aos débitos à banca, explicitou que se mantinha a previsão de chegar ao final deste ano com uma dívida de médio e longo prazo substantivamente mais reduzida, devendo rondar, nessa altura, os 17.000.000 €.

Quanto às dívidas a fornecedores, especificou que cerca de 78% delas estavam cobertas por operações de «confirming», sendo que o remanescente ascendia a cerca de 6.000.000 €, proveniente de várias procedências, tais como: as Águas do Centro Alentejo, a GESAMB e a ADSE.

Quanto ao endividamento líquido, exprimiu que mostrava uma evolução positiva, possuindo a Câmara já alguma folga para a eventualidade de ter que recorrer a empréstimos de médio e longo prazo.

Sobre o Relatório de Actividades, o Sr. **Jorge Lourido** teceu algumas considerações sobre a visita do Sr. 1º Ministro e de alguns membros do Governo a esta região, receando a continuação da política de privatização da água, questionando se a vinda de tal comitiva não tinha a ver com a matéria. Ainda neste contexto, recordou que também veio a Sra. Ministra da Educação, a qual avisou as escolas apenas uma hora antes, talvez temendo que a sua visita fosse contestada, tal como aconteceu ao Sr. 1º Ministro na Arena d'Évora.

No que concerne às 50 casas do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, sustentou que a assunção foi feita, eventualmente, sem as devidas contrapartidas e sem o necessário financiamento, para evitar que as obrigatórias obras tenham como consequência o aumento, em média, de cerca nove vezes o valor das mensalidades até agora pagas.

Com respeito à requalificação do bairro da Cruz da Picada, pediu ao Executivo que informasse se o contrato com a empresa «Abrantina» já tinha sido assinado, não deixando de inquirir quantos proprietários já tinham entrado na parceria e quais eram, ou não, os seus compromissos, dizendo posteriormente: *“Se há arrendatários cuja responsabilidade recai directamente sobre a Habévora, enquanto locatários, o que é facto é que muitos dos proprietários novos são-no porque foram induzidos a isso, mas, do ponto de vista real, são também locatários dos bancos onde contraíram os empréstimos, os quais não têm, naturalmente, capacidade financeira para fazer face aos encargos. Penso que deveria de haver uma atenção especial para fazer recair, também, sobre estas entidades financeiras partes destas responsabilidades, já que os lucros que elas obtêm são escandalosos”*.

Acerca do centro histórico, acentuou que tem sido praticada uma política para fazer sair do mesmo uma série de serviços municipais, que, no modo de ver da CDU, são essenciais para reforçar a sua vitalidade, implicando o atrofamento dele próprio.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Mais à frente, frisou que o programa Recria/Rehabita só conseguiu, em 5 anos, intervir em 32 fogos, dando uma média de menos de 6 por ano, parecendo-lhe claramente insuficiente para as necessidades do centro histórico.

Por último, e a propósito da inauguração da expansão do PITE, fez notar que na página 40 da Informação constava que estavam lá «em curso obras de infra-estruturação», ironizando que talvez fosse para fazer a inauguração mais 10 vezes.

Com referência à situação financeira, o Sr. **Abílio Fernandes** opinou que a Câmara devia, em 31 de Janeiro, 43.200.000 €, lembrando que no dia 30 de Novembro/07 o valor era de 39.000.000 €, registando-se, portanto, um agravamento da situação.

Depois, voltou a distinguir limite da dívida e endividamento líquido, conforme fizera na assembleia de 28.12.07, porque a lei tem dois artigos que se reportam a cada um dos casos, mas como na próxima sessão ordinária se irá analisar as Contas de Gerência, deixou para essa altura aprofundar a questão.

Por sua vez, o Sr. **Acácio Alferes** lembrou que os dois últimos mandatos na CME, sob a presidência do PS, têm sido marcados por algumas dificuldades, derivadas, sobretudo, duma forte asfixia financeira, adiantando que uma política de saneamento financeiro constrói o futuro, mas, por vezes, cria bolsas de insatisfação junto da população. De qualquer maneira, congratulou-se com alguns aspectos da acção do actual Executivo, que visa proporcionar um futuro muito melhor àqueles que cá vivem e àqueles que aqui fixam residência, estabelecendo parcerias, sendo ágil nas decisões e sabendo aliar-se, dando origem a projectos muito importantes, tais como: os ligados ao turismo, que irão gerar centenas de postos de trabalho, a ampliação do PITE, o do «Skylander», etc.. Realçou, acima de tudo, a resolução do problema do fornecimento de água neste concelho, através da construção da nova conduta adutora do Monte Novo, sem a qual hoje, talvez, se vivesse um verdadeiro drama. Por tudo isto, considerou a actividade das administrações do PS altamente positiva.

Respondendo ao orador antecedente, o Sr. **Celino Silva** comentou: “*O Sr. A. Alferes referiu-se ao papel da Câmara no estabelecimento de parcerias como «coisa nunca antes vista». Dá vontade de dizer que há pessoas de tal forma empenhadas em apagar o passado deste concelho que, qualquer dia, apagam-se a si próprias*”.

Por seu turno, o Sr. **Nuno Lino** mostrou-se agradado com a redução progressiva dos empréstimos de médio e longo prazo e com o cumprimento integral da Lei das Finanças Locais por parte da CME.

Respondendo ao Sr. A. Fernandes, recordou-lhe que a autarquia apenas tinha contraído 12.321.000 € de empréstimos de médio e longo prazo, quando o seu limite era de 23.683.000 €, não esquecendo que no início do mandato anterior o endividamento líquido ultrapassava o legalmente permitido, o que não acontecia agora.

Depois, o Sr. Presidente facultou a palavra ao Sr. **Florival Pinto**, que abordou o assunto da dificuldade de acesso ao Parque Industrial, interrogando à Administração Municipal se havia a perspectiva de se criar uma solução alternativa.

Por outro lado, lembrou que existia uma série de imóveis abandonados no centro histórico, alguns deles nas proximidades da Praça de Giraldo, como, por exemplo, a antiga cervejaria «A Toca», que



estavam a servir de lixeiras ou de abrigo de delinquentes, perguntando se havia alguma acção prevista nesta matéria.

Por fim, falou do estacionamento abusivo nas imediações do Teatro Garcia de Resende, particularmente aos fins-de-semana, com prejuízo para o próprio município, uma vez que algum mobiliário urbano pode ser danificado, para além de ter focado igual problema na Av. Infante D. Henrique, nas proximidades do Hospital, onde passou a ser comum pararem-se os carros completamente em cima do passeio, tendo inquirido à Vereação se já tinham sido dadas algumas indicações no sentido do SITEE reforçar a fiscalização do estacionamento.

Posteriormente, o Sr. **João Valverde** louvou a atitude da Câmara, por ter tomado conta dos 50 fogos do antigo bairro da Caixa, pensando que as questões da Habitação Social e do Cartão do Idoso foram duas das medidas mais interessantes que a mesma implementou na defesa dos mais desfavorecidos, apelando para que as ditas fossem alargadas aos meios rurais.

Sobre a plantação de 1002 árvores, achou que, talvez, o Executivo não estivesse a contar as 40 que a Junta de N.ª Sra. da Tourega plantara na Freguesia.

Relativamente à Serra do Monfurado, asseverou que ninguém entrava nesta sem passar pela Serra Pedrosa, sublinhando que, hoje, a Freguesia supra referida era a mais concorrida pelo turismo e a que oferecia melhores condições para actividades lúdicas, sendo de seu pensamento que havia má fé por parte da C. M. de Montemor-o-Novo em não querer incluir a Freguesia de N.ª Sra. da Tourega no Plano de Pormenor da Serra do Monfurado.

Para concluir, opinou que a expansão do PITE era muito importante para o desenvolvimento do concelho, tendo em vista a execução dos projectos do futuro aeroporto de Alcochete e do TGV, bem como a dinamização do turismo na barragem de Alqueva.

Respondendo às interpelações formuladas, o Sr. **Presidente da edilidade** começou por garantir ao Sr. Lourido que em momento algum, dos encontros que manteve com os Srs. Primeiro-Ministro, Ministro do Ambiente e das Cidades e Ministro das Obras Públicas, foi abordada a temática da privatização da água.

Quanto à infra-estruturação do Parque Industrial, elucidou que ainda estavam a decorrer obras na extremidade sul, nomeadamente o desvio de linhas de alta tensão, a cargo da EDP, que os serviços camarários têm vindo a acompanhar.

Com referência à requalificação do bairro da Cruz da Picada, delegou no Sr. Vice-Presidente a incumbência de responder.

Assim, o Sr. Vereador **Manuel Melgão** esclareceu que o processo estava em andamento e que iria haver uma reunião, na próxima semana, com a empresa classificada em 1º lugar, adiantando que ainda existia pendente uma questão processual, que tinha a ver com a deliberação dos condomínios.

Num à parte, proferiu: “*Quer o PCP queira quer não, a obra é para continuar*”.

Prosseguindo com as suas explicações, o Sr. **Presidente da Câmara** acentuou a sua divergência com o Sr. A. Fernandes sobre a situação financeira da autarquia, recordando que iria ter ocasião, aquando da apresentação das Contas de Gerência, em Abril, de lhe demonstrar que os números por si apresentados eram os correctos.

Acerca da dificuldade de acesso ao Parque Industrial, admitiu que tal era uma realidade, explicando que o problema era fruto das obras em curso na estrada do Bairro de Almeirim, que retiraram uma das possibilidades de saída do dito, acrescentando que, de momento, não existiam grandes alternativas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Com respeito ao imóvel devoluto sito na Rua dos Mercadores, anunciou que a proprietária já tinha sido oficiada no sentido de proteger o espaço, o qual já fora duas vezes emparedado e duas vezes retirados os tijolos, estando a CME a acompanhar todos os casos existentes na urbe, de acordo com o Plano Estratégico para o Centro Histórico.

No que concerne ao estacionamento abusivo intra-muros, participou que o Executivo iria continuar a pressionar o SITEE, com o objectivo de que as acções de fiscalização, em parceria com a PSP, fossem desenvolvidas.

Retorquindo ao derradeiro apontamento do Sr. Vereador M. Melgão, o Sr. **Eduardo Luciano** expressou que o PCP não estava contra as obras do Bairro da Cruz da Picada e que tinha todo o interesse que elas se fizessem o mais rápido possível, não podendo admitir que os arranjos se efectuassem nas condições que a Habévora entendesse, em prejuízo de proprietários e arrendatários.

Entretanto, o Sr. **Baltazar Damas** referiu que estava com algumas dificuldades para conseguir toponímia para as novas artérias do PITE, solicitando ao colectivo que lhe fizesse chegar nomes de pessoas de reconhecido mérito para o efeito.

Posto isto, e em virtude de mais ninguém ter querido falar, o Sr. **Presidente** deu por encerrado o 1º ponto da agenda.

PONTO 2 – DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DA CME REFERENTE AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE LOTES PARA A INSTALAÇÃO DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS

O Sr. **Presidente da CME** especificou que o Regulamento em título visava: **Primeiro** – Valorizar a criação de riqueza e de emprego; **Segundo** – Valorizar a receita municipal não através do custo do lote, mas através da fiscalidade, que é obrigatória sobre as empresas; **Terceiro** – Dar prioridade estratégica às indústrias inseridas nas opções da edibilidade, **Quarto** – Tratar o concelho como um todo, valorizando a presença de investimento, quer na cidade, quer nas freguesias rurais.

Logo após, o Sr. **Nuno Lino** realçou o excelente trabalho realizado para a elaboração do documento, nomeadamente do artigo 9º (Apoios e Incentivos), o qual define uma série de bonificações no preço de cedência dos lotes, permitindo minimizar o investimento das empresas que se queiram instalar nos parques industriais do concelho, sendo elas cumulativas, em determinadas condições, podendo chegar aos 75%.

Ressaltou, igualmente, o facto dos promotores residentes nas freguesias rurais terem, automaticamente, direito a um incentivo de 90% sobre o preço determinado para a aquisição dos terrenos. Relativamente aos não moradores, fez notar que terão direito a um incentivo de 75%.

Por último, relevou o aspecto do município poder ser ressarcido do valor dos benefícios atrás mencionados, no caso de incumprimento por parte das empresas.

Por seu turno, o Sr. **Florival Pinto** argumentou que não conseguia partilhar a ideia do orador antecedente, que tivera o mérito de encontrar excelências consecutivas num bom trabalho, mas que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

possuía alguns lapsos considerados normais, e que conseguira logo acertar no artigo que tinha as falhas mais relevantes, lembrando-lhe, a propósito de ter falado em projectos de interesse municipal, que tal regulamento ainda não existia.

Por outro lado, questionou à Vereação, no tocante aos PIM's, para quando estava prevista a criação do respectivo regulamento e o que era que a Câmara já tinha delineado para enquadrá-los.

De imediato, o Sr. Presidente cedeu a palavra ao Sr. **Celino Silva**, que disse: *“Haverá bonificações verificadas as condições um ano depois da atribuição, e ao fim de cinco anos também, mas no artigo da falta de pagamento diz que, quer para os contratos por ajuste directo quer para os de hasta pública, «será pago 50% do valor no acto da atribuição e 50% com a celebração do contrato de compra e venda». Como é que se vai fazer essa reversão dum benefício para o comprador do lote? E o Regulamento não refere nada disso.*

Por outro lado e acerca dos projectos que o Executivo, em reunião pública de Câmara, classifique de Potencial Interesse Municipal, a Assembleia Municipal tem que se pronunciar sobre eles. Isto é uma norma regulamentar que justifica, ou não, atribuir lotes em determinadas condições”.

Respondendo aos Srs. F. Pinto e C. Silva, o Sr. **Presidente da autarquia** clarificou que a questão dos PIM's serem alvo dum regulamento próprio surgiu no decorrer dum debate que teve lugar na CME, cuja ideia foi acolhida, porque se chegou à conclusão que lhe competia criar tal instrumento, adiantando que ainda não estava quantificado nem tipificado o que se poderia considerar como Projecto de Interesse Municipal, mas que já existiam alguns princípios resultantes do regulamento em causa, como, por exemplo, a quantidade e o tipo de empregos gerados, o volume de negócios esperado, a tipologia de actividades a desenvolver e a coerência com a estratégia municipal de desenvolvimento. Também neste contexto, asseverou que não recusava a possibilidade da decisão final ser sufragada pela A. M..

Relativamente ao tema das bonificações, venceu que se se queria valorizar o início de actividade e a sua perenidade, não havia outra forma de o fazer que não fosse recompensar o esforço feito pelo empresário, restituindo-lhe a correspondente bonificação.

Voltando a intervir, o Sr. **Celino Silva** declarou: *“Faço notar que o ponto 3 do artigo 9º diz que «os projectos que o município, em reunião pública de Câmara, classifique de Potencial Interesse Municipal, mediante a aprovação prévia de conjunto de normas que enquadrem esta classificação,...», e eu aproveito para dizer que o que o Sr. Presidente aqui disse foram intenções de políticas para bonificar, mas essas, quando são intenções, têm que se traduzir em normas regulamentares e elas não estão cá. E a A. M. nunca pode aceitar transferir para a Câmara que esta encontre, faça, produza um regulamento para classificar projectos de potencial interesse municipal à revelia da Assembleia. Eu não percebo quais foram os serviços jurídicos que a Câmara encomendou fora que apreciaram uma coisa destas. Os regulamentos são normas precisas para serem executadas, reduzindo o mais possível todo e qualquer grau de subjectividade pelos serviços que vão executar. Eu não fiz as contas, mas se uma empresa cumprir as alíneas a), b), c), d), e), f) e g) do n.º 2 do artigo 9º, não sei se não será bonificada em mais de 120%”.*

Retorquindo, o Sr. **Presidente da Câmara** lembrou que já manifestara disponibilidade para aceitar a decisão da AME nesta matéria.



Entretanto, o Sr. **Presidente** frisou que lhe parecia uma falsa questão, porque, obviamente, só poderiam ser classificados projectos de interesse municipal aqueles que realmente o fossem, de acordo com o regulamento que viesse a existir e que até lá se aplicaria o regulamento em discussão, excepto o ponto 3 do artigo 9º.

Tais palavras motivaram o Sr. **Celino Silva** a afirmar: *“Isso que o Sr. está a dizer teria que ficar numa norma transitória. O regulamento é um documento escrito para ser aplicado sem margens de discricionalidade”*.

Finda a análise do 2º ponto da ordem do dia, o Sr. **Presidente** colocou-o à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com trinta e dois votos a favor (vinte e dois do PS, oito da CDU e dois do PSD), dois votos contra (da CDU) e uma abstenção (da CDU).

O Sr. **Celino Silva** solicitou que a sua penúltima intervenção fosse traduzida em declaração de voto.

PONTO 3 – DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DA CME RELATIVA À ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO PARA ATRIBUIÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE PARA A CONSTRUÇÃO DUM RESTAURANTE/BAR NO AERÓDROMO MUNICIPAL (EXCLUSIVO)

O Sr. **Presidente da CME** explicitou que se propunha a abertura dum concurso público para a atribuição do direito de superfície de 1120 m² do aeródromo, para a construção dum restaurante/bar, devendo a edificação ser executada pelo adjudicatário nos termos e no respeito da minuta do contrato de constituição do direito de superfície em anexo à certidão, faltando, para o efeito, a aprovação da AME.

Logo após, o Sr. **Florival Pinto** deu a conhecer que na proposta inicial do Orçamento da CME para 2008 estava prevista uma verba de 35.000 €, salvo erro, para a construção de tal equipamento, sendo que o PSD sugeriu que a mesma fosse retirada e que fosse encontrada uma outra forma de dotar o espaço de um bar/restaurante, sem que fosse através de dinheiros públicos, salientando que estava ali a prova que era possível fazê-lo sem ser a edilidade a edificá-lo, pensando que soluções de parceria público/privadas deveriam ser incentivadas, de maneira a poder-se contornar algumas situações de dificuldades financeiras.

Dado que mais ninguém quis aflorar o 3º ponto da ordem de trabalhos, o Sr. **Presidente** pô-lo à votação, o qual foi aprovado por unanimidade.



PONTO 4 – DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DA CME PARA A CONCESSÃO DE FORNECIMENTO EXCLUSIVO DE COMBUSTÍVEIS NO AERÓDROMO MUNICIPAL

O Sr. **Presidente da Câmara** especificou que se propunha a abertura dum concurso público visando a concessão do direito ao fornecimento exclusivo de combustíveis no aeródromo municipal de Évora, nomeadamente as condições e contrapartidas pela concessão, por tempo indeterminado, do direito à instalação de posto de combustíveis em espaço do domínio privado da autarquia e ao fornecimentos exclusivo dos mesmos às aeronaves.

Como ninguém se inscreveu para falar sobre o 4º ponto da agenda, o Sr. **Presidente** colocou-o à votação, que foi aprovado por unanimidade.

PONTO 5 – DESIGNAÇÃO DE UM REPRESENTANTE E DE UM SUPLENTE, DA AME, PARA INTEGRAREM O CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE DE ÉVORA, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO ART.º 3 DO RESPECTIVO REGULAMENTO

O Sr. **Rui Rosado** alvitrou os nomes do Sr. **Nuno Miguel Botas Lino** (efectivo) e da Sra. **Elsa Cristina Arvana Lopes** (suplente) para ocuparem os lugares em causa.

O Sr. **Palma Rita** perguntou se a Sra. Elsa Lopes era efectiva ou suplente na AME.

O Sr. **Presidente** respondeu que era efectiva.

Face à inexistência de mais propostas, o Sr. **Presidente** avançou para a votação da única apresentada, através de escrutínio secreto, sugerindo que os Membros da A. M. escrevessem, no boletim, **S** (em caso positivo) ou **N** (em caso negativo), ou o deixassem em branco. Feita a respectiva triagem, apurou-se o seguinte resultado: vinte e quatro votos a favor e dez votos nulos. Nesta conformidade, o Sr. **Nuno Miguel Bota Lino** e a Sra. **Elsa Cristina Arvana Lopes** irão integrar o Conselho em epígrafe.



PONTO 6 – DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DA CME PARA A CEDÊNCIA, AO GRUPO DESPORTIVO UNIDOS DA GIESTERA, DO PRÉDIO LOCALIZADO NA AV. DO CAMPO DA BOLA, LOTE 1, EM S. SEBASTIÃO DA GIESTEIRA

O Sr. **Presidente da autarquia** explicou que o proprietário da herdade cedeu-a, em devido tempo, embora não tenha procedido ao respectivo registo cadastral, para a edificação do campo de futebol, pelo que não estava na posse do Grupo Desportivo. Então, por iniciativa da Câmara, da Junta e do dono, formulou-se, primeiro, uma doação do espaço, que foi desanexado da propriedade e constituído como lote autónomo, à CME, e agora era o momento desta, com a autorização da AME, de transferir a posse do mesmo para o Grupo Desportivo Unidos da Giesteira.

Tendo percebido que o orador antecedente falara em transferência de propriedade, o Sr. **Eduardo Luciano** inquiriu-lhe se não se tratava duma cedência temporária.

O Sr. **Presidente da CME** admitiu que se enganara, esclarecendo que se tratava duma cedência de direito de superfície, por um período de vinte (20) anos, não sendo, portanto, uma transferência.

Posteriormente, o Sr. Presidente facultou a palavra ao Sr. **Isidro Lobo**, que enalteceu o gesto da Administração Municipal e lamentou que o Grupo Desportivo Unidos da Giesteira tivesse que pagar a quantia de 3.548,16 € pela cedência do lote. Isto porque sabia o que se estava a passar com o Grupo Desportivo de N.ª Sra. da Graça do Divor, ao qual a Câmara também concedeu um terreno para a prática de futebol há 2/3 anos, estando a sentir enormes dificuldades para arranjar numerário para o efeito, questionando se não havia outra maneira de os lotes serem cedidos aos clubes das aldeias sem haver esta troca de dinheiro.

Por sua vez, o Sr. **João Ricardo** fez saber que o Grupo Desportivo de Azaruja estava a encetar um processo idêntico, com a diferença de que o terreno talvez passe para a posse da Junta de Freguesia, tendo demonstrado preocupação por o respectivo lote poder ter que passar por uma metodologia semelhante.

Perante o exposto, o Sr. **Presidente da Câmara** elucidou que estas matérias obedeciam a princípios de natureza jurídica e legal e que não estava em condições de opinar, não deixando de aconselhar o Sr. J. Ricardo a procurar os Serviços Jurídicos do município, de modo a inteirar-se sobre qual o procedimento mais adequado para dar concretização ao projecto.

Em relação à alocação do Sr. I. Lobo, revelou que a verba a liquidar pelo GDUG ficava mais barata do que se fizesse uma transferência directa, por doação, ao dito, uma vez que teria que pagar impostos ao Estado superiores à importância em apreço.

Findo o debate do 6º ponto da ordem do dia, o Sr. **Presidente** pô-lo à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

APROVAÇÃO EM MINUTA

O plenário deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta os pontos **2, 3, 4, 5 e 6** da ordem do dia da presente reunião, nos termos do n.º 3 do art.º 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.

Como ninguém da assistência desejou intervir, o Sr. **Presidente** deu por terminada a sessão pelas zero horas e cinquenta e quatro minutos do dia seguinte, da qual e para constar se lavrou esta acta, que os Membros da Mesa subscrevem e assinam.

Presidente – Luís Manuel Capoulas Santos

1ª Secretária – Maria Helena dos Santos Costa

2º Secretário – João Luís Latas Lázaro

(Acta aprovada por maioria, na sessão de 19/04/2008, com 33 votos a favor e 6 abstenções)